

Educação Especial e Ensino Remoto: dificuldades e desafios

Special Education and Remote Learning: difficulties and challenges

Heloisa Fernanda Francisco Batista

Universidade Federal de Uberlândia, <https://orcid.org/0000-0002-8437-7352>,

heloisa.f.batista@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta o relato de experiência vivenciado durante o período de ensino remoto. O distanciamento social, imposto desde o início de 2020, exigiu que fossem elaboradas novas estratégias para que estudantes e professores desenvolvessem remotamente as atividades escolares. O trabalho apresenta características qualitativas e foi utilizada a pesquisa narrativa para apresentação dos dados. A vivência apresentada é relativa a atuação em uma escola de Educação Especial que tem suas turmas compostas, em sua totalidade, por estudantes público-alvo da Educação Especial. Ao final do relato são apontados os aspectos importantes das dificuldades e desafios vivenciados durante o ano letivo de 2020.

Palavras-chaves: Ensino Remoto; Educação Especial; Pesquisa Narrativa.

Abstract

The present work presents an experience report lived during the period of remote teaching. The social distancing, imposed since the beginning of 2020, required the elaboration of new strategies for students and teachers to remotely develop school activities. The work has qualitative characteristics and narrative research was used to present the data. The experience presented is related to acting in a Special Education school whose classes are entirely composed of students who are audience the targeting of Special Education. At the end of the report, the important aspects of the difficulties and challenges experienced during the 2020 academic year are pointed out.

Keywords: Remote Teaching; Special Education; Narrative Research.

1 Introdução

A inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) (BRASIL, 2011) apresentou diversos avanços nas últimas décadas, tendo diversos documentos norteadores, nacionais e internacionais, que buscam assegurar a este público o acesso à educação e convívio em sociedade. A nível nacional temos como principais marcos a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Política Nacional de

Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024 e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 1988, 1990, 1996, 2008, 2014, 2015).

São muitos os desafios para que a inclusão de estudantes PAEE ocorra nas escolas de Educação Básica e Instituições de Ensino Superior, como por exemplo a formação inicial e/ou continuada de professores e toda a comunidade escolar. Em Minas Gerais há 240 escolas de Educação Especial que atendem a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (MINAS GERAIS, 2021).

Em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde informou que o país estava sob emergência sanitária, sendo necessário a tomada medidas protetivas para diminuir o contágio da Covid-19, para isso, foi apresentado o distanciamento social como uma das medidas a serem adotadas (BRASIL, 2020a). Essa medida tinha o intuito de diminuir a circulação e aglomeração de pessoas. Diversos setores buscaram desenvolver atividades de forma remota para que pudessem atender a orientação das autoridades brasileiras e se manterem realizando seus trabalhos.

Na segunda quinzena de março de 2020, houve interrupção das atividades escolares na Educação Básica e as Secretarias de Educação, das unidades federativas e Distrito Federal, buscaram meios para que os estudantes não se afastassem da rotina escolar e prosseguissem com o desenvolvimento escolar durante esse período. No mês de maio, foi iniciado o Regime Especial de Atividades não Presenciais (REANP) em Minas Gerais, em todos os níveis de ensino da rede estadual (MINAS GERAIS, 2020).

Nesse sentido, este trabalho visa apresentar o relato de experiência de uma professora de Matemática, atuante em escola de Educação Especial, sobre as dificuldades e desafios vivenciados durante o ano letivo de 2020.

2 Metodologia

Esta pesquisa compreende uma abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2015) consistindo em um relato de experiência vivenciado por uma professora de uma escola de Educação Especial, durante o ano letivo de 2020, baseado na pesquisa narrativa, devendo ser entendido como um meio de compreender a experiência vivenciada, pois é

utilizada percepção e o estudo de histórias vivenciadas e contadas.

Para Clandinin e Connely (2015) a pesquisa narrativa pode ser entendida como uma estratégia para que se possa compreender a experiência/vivência que ocorre durante a contribuição entre pesquisador e participante da pesquisa. A pesquisa narrativa tem sido empregada nos últimos por diversos pesquisadores, como Nóvoa (2014) e Bolívar (2002), sendo apresentados diversos trabalhos relevantes na área educacional, que permeiam desde a formação do professor reflexivo até a formação dos profissionais da Educação.

3 Relato de experiência

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) desenvolveu ferramentas para que as atividades fossem realizadas por professores e estudantes, durante o REANP: (i) Estude em Casa (EeC) - site para disponibilizar as ferramentas; (ii) Planos de Estudos Tutorado (PET) - apostilas mensais confeccionadas por professores da rede, composta por conteúdos do Currículo Básico Comum e exercícios; (iii) Se Liga na Educação (SLE) - programa de televisão para transmissão de videoaulas elaboradas por professores da rede, disponibilizadas pelo canais Rede Minas, TV Câmara, YouTube, dentre outros. (iv) Conexão Escola (CE) - aplicativo online de acesso aberto (depois de instalado), para estudantes e professores trocarem mensagens, além de disponibilizar PET, videoaulas, materiais de apoio e avaliações diagnósticas (SEE-MG, 2020).

O material disponibilizado nos PET, apesar de ter uma versão voltada para a Educação Especial, apresentava os conceitos de forma direta e corrida, sendo necessário que o professor intermediasse o conteúdo com seus estudantes. Para a Educação Especial, os professores tiveram que realizar modificações no material de forma a tentar alcançar seus estudantes.

O período de adaptação do material e entrega nas residências dos estudantes dificultava que as atividades fossem desenvolvidas no mesmo período das escolas regulares. Ainda havia a dificuldade de que houvesse uma pessoa que se disponibilizasse a entregar e recolher o material nas casas dos estudantes, principalmente devido a

difficuldade das famílias se descolarem na unidade escolar nos horários de atendimento ao público.

Para o desenvolvimento das aulas remotas, optou-se por utilizar grupos de *WhatsApp* para que houvesse maior contato entre professores e estudantes e as aulas fossem desenvolvidas nos horários estabelecidos. Esse recurso foi necessário devido ao fato dos estudantes de escolas de Educação Especial não terem acesso ao CE e muitos não são alfabetizados, sendo a utilização de áudios necessária para interação nas aulas. Outra dificuldade foi a ausência de participação de diversos estudantes nos grupos devido a dificuldades tecnológicas ou ausência de meios para participação.

O olhar que é dado pela escola de Educação Especial para o estudante PAEE é diferente do olhar ofertado pela escola regular de perspectiva inclusiva, pois seu público-alvo são estudantes que apresentam especificidades mais intensas e demandam um acompanhamento mais de perto. Para isso, é necessário que o professor busque desenvolver atividades que incluam seus estudantes respeitando as necessidades e potencialidades de cada um.

4 Considerações Finais

Os desafios para a inclusão de estudantes PAEE são inúmeros, pois diversos fatores interferem nos processos de ensino e aprendizagem, tais como: o olhar da família, o ambiente escolar, os efeitos adversos da medicação utilizada e a vivência do docente, que inevitavelmente interferirá na sua prática

No decorrer desse trabalho, ficou evidente que a relação professor-estudante foi afetada durante o período de ensino remoto, sendo um desafio ainda maior quando comparado com o ensino presencial. Cada estudante é único e, apesar de se enquadrar em uma definição médica que atinja outros indivíduos, apresenta diversas especificidades, sendo necessário que o professor observe quais são suas necessidades e potencialidades.

O ensino remoto ampliou as desigualdades já vivenciadas no ensino presencial e, no caso da Educação Especial, aumentou ainda mais o distanciamento entre professor e estudantes. São inúmeros os desafios, como falta de aparelhos tecnológicos,

instabilidade de conexão com internet, dificuldades na oralidade, ansiedade gerada pelo isolamento e falta do contato com o outro.

A afetividade desempenha um papel importante no processo de escolarização de estudantes, independente de serem PAEE ou não, pois quando o estudante é percebido como indivíduo e reconhece o professor como outro ser humano, torna-se mais fácil que ocorra uma aproximação por ambas as partes e por consequência o processo de ensino-aprendizagem torna-se mais prazeroso. O ensino remoto promoveu distanciamento os indivíduos e comprometeu o desenvolvimento acadêmico e emocional. Os prejuízos serão elucidados melhor quando ocorrer o retorno presencial, com segurança.

Referências

BOLIVAR, A. **Profissão professor** – O itinerário profissional e a construção da escola. 1. ed. Porto Alegre. Ed. EDUSC, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 31 dez. 2020

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1990. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1996. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 19p. 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>> Acesso em 04 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11> Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N.º 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília: **Diário Oficial da União**: seção I, edição 24-A, 2020a. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em 27 mai. 2021.

CLANDININ, D. Jean, CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa Narrativa – Experiência e História em Pesquisa Qualitativa**. 2ª. Ed. Uberlândia-MG : EdUFU. 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. [2. ed] - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro : E.P.U., 2015.

MINAS GERAIS. Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº 26, de 8 de abril de 2020. Dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito do Sistema Estadual de Educação, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado. Belo Horizonte. **Diário do Executivo**, Caderno 1, 2020. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2020/coronavirus-legislacoes/13-04_Deliberacao-Comite-26.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

MINAS GERAIS. Relação de estabelecimentos de ensino ativos em Minas Gerais. Atualizado em 06 de julho de 2021. Belo Horizonte. **Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais**, 2021. Disponível em: <<https://www2.educacao.mg.gov.br/parceiro/lista-de-escolas>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

NÓVOA, A. **Vidas de professores** – Volume 4. Coleção Ciências de Educação. 2. ed. Porto. Ed. Porto, 2014.

SEE-MG. **Estude em Casa**. 2020. Disponível em: <<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/inicio>>. Acesso em 22 fev. 2021.